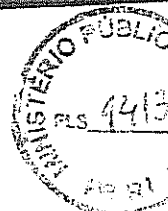




CÂMARA DOS DEPUTADOS

015330

81



Brasília, 13 de julho de 1971

Exmo. Sr. Presidente e Srs. Membros do Conselho de Defesa dos Di
reitos da Pessoa Humana

Membro nato deste Egrégio Conselho (art. 2º, da Lei 4.319, de 16.3.64), venho respeitosamente solicitar a alteração da ordem dos trabalhos na sessão de 13.7.71 em virtude de existirem dois casos de caráter urgente demandando decisão do Colegiado (art. 12, do Decreto 63.681, de 24 de novembro de 1968).

Explica-se a preferência que requeiro à vista da indisfarçável gravidade das situações que a justificam.

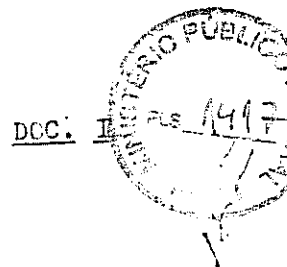
1º caso: Trata-se do processo atinente à prisão e desaparecimento do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, desaparecimento ocorrido a 20 de janeiro do corrente ano. Os fatos que envolve aquela trama sinistra, descreve-os, melhor do que ninguém, a esposa, ou viúva, do mencionado Rubens Beyrodt Paiva.

Conta ela:

DOCS. I e II (Anexos)

Após insistentes reclamos da Oposição, o Sr. Deputado Mina Ribeiro, na sessão de 18 de junho deste ano, leu da Tribuna da Câmara o seguinte documento:

DCC. III (Anexo)

1 - COMO OCORREU A PRISÃO DE RUBENS

No dia 20 de janeiro, Rubens, eu e as crianças, todos menores, nos preparávamos para ir à praia. Havíamos chegado de São Paulo na véspera; eu vinha de uma temporada de férias na fazenda de meu sogro, e Rubens, do trabalho da sua firma que tem um escritório em São Paulo.

Às 11 horas da manhã uma voz de mulher no telefone pedia a Rubens nosso endereço pois queria entregar uma carta que trazia do Chile.

Rubens imaginou que fôsse uma carta do ex-deputado Almino Afonso, exilado no Chile desde 1964, e que é nosso amigo desde os tempos de estudante em São Paulo.

Almino se preparava para voltar ao Brasil. Nós sabíamos que ele estava tendo dificuldades em obter o "salvo-conduto" indispensável para voltar ao Brasil e seus amigos no Rio estavam tentando ajudá-lo. Por isso Rubens em novembro do ano passado, quando voltava de Nova York passou 2 dias no Chile, para conversar com Almino e se comunicava frequentemente com Santiago por telefone e cartas.

Meia hora depois da telefonema anônima nossa casa foi brutalmente invadida por 6 pessoas em trajés civis, todos armados, que não se identificaram e comunicaram que tinham ordens (que não foram exibidas) de levar Rubens para a Aeronáutica.

Os invasores da casa estavam nervosíssimos, como se fossem tomar um aparelho ou uma fortaleza, não sei.

Rubens conseguiu acalmá-los, pediu que guardassem as armas para não assustarem as crianças e os empregados e se dispôs prontamente a acompanhá-los.

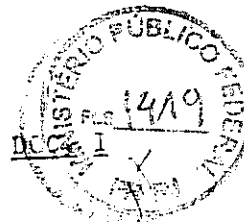
Subiu tranquilamente para o nosso quarto, vestiu-se, chamou os policiais (ou militares?) apresentou-me a cada um deles e disse-lhes que eles eram nossos hóspedes e a casa estava à disposição deles.

Rubens saiu guiando nosso próprio carro, acompanhado por 2 policiais, o mesmo carro que eu vi no pátio interno do Quartel da PE da Barão de Mesquita, quando fui solta.

Quatro policiais ficaram em casa e iam sendo substituídos cada 6 horas por outros 4. Um deles, que me pareceu o chefe declarou chamar-se Dr. Stockler e se dizia doutor em parapsicologia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- 3 -

pécie de lençol ou equivalente. Havia instalações sanitárias e um chuveiro. A porta era uma grade de ferro e a janela, um brise soleil também de ferro. A guarda era toda constituída por soldados da PE, portanto, o uso do chuveiro ou das instalações sanitárias era feito da maneira a mais constrangedora.

Eliana foi libertada 24 horas depois. Foi interrogada 2 ou 3 vezes sobre as suas idéias políticas e as pessoas que frequentavam a nossa casa.

Eu fiquei detida 12 dias, dos quais 7 dias com a roupa do corpo, sem nenhum material de higiene (pente, escova de dentes, toalha, sabonete, etc.), absolutamente incomunicável, sem notícias da minha casa e dos meus filhos menores e sem saber por que fôra presa. Fui interrogada várias vezes; várias vezes fui acordada para interrogatórios durante a noite. Pelos interrogatórios fiquei sabendo que nas vésperas da prisão de Rubens haviam sido presas 2 pessoas no Galeão vindas do Chile com várias cartas. Algumas, diziam êles, altamente comprometedoras, e que havia uma carta, ou mais de uma carta endereçadas a Rubens. Nunca vi as tais cartas, nem sei o que continham, ou quem as enviou.

Não sei quem eram as pessoas que me interrogavam, em número de 6 ou 7, que se revezavam, não tinham nome e usavam trajes civis. Quando conduzida da minha cela para a sala de interrogatório era obrigada a usar um capuz que só podia tirar ou dentro da cela ou dentro da sala.

As perguntas eram sempre sobre cartas do Chile, ou correspondência com o estrangeiro, que êles achavam que devia ser numerosa e frequente e que eu negava naturalmente, porque não era verdade.

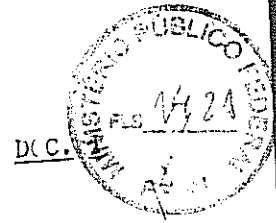
O tempo todo em que estive lá me diziam que Rubens também se encontrava preso no andar de cima, que estava sendo interrogado e que negava tudo, mas que acabaria confessando. Nos últimos dias em que estive detida deram-me um livro de registros das pessoas que entram no CODI, para que eu reconhecesse determinadas pessoas. Só consegui identificar o de uma senhora, dona Cecília Viveiros de Castro, que era professora do Colégio Sion no Rio de Janeiro e cujas filhas são colegas de duas das minhas filhas, no referido Colégio. Além desta fotografia as únicas que reconheci



CÂMARA DOS DEPUTADOS

015330

81



- 5 -

O que fizeram dêle depois, só o I Exército poderá informar.

d) - Na resposta ao pedido de "habeas corpus" impetrado em favor de Rubens o comando do I Exército informou que Rubens não se encontrava preso em nenhuma unidade do 1º Exército, mas que o Exército iria apurar as versões de que o paciente teria sido sequestrado, coisa que nunca foi feita.

e) - O próximo passo foi a entrevista que a família obteve do Ministro Buzaid no dia 20 de fevereiro, cujo relato segue.

(a.) MARIA EUNICE PAIVA